

Cultura Histórica e as novas Tecnologias da Informação Algumas reflexões acerca da Memória

Raimundo Donato do Prado Ribeiro

As novas tecnologias da informação se configuram efetivamente como objeto de investigação para a história? Essa questão, aparentemente, institui uma resposta objetiva, no entanto, na literatura sobre o tema encontramos indicativos de uma tensão em relação a esse objeto. A tensão pode ser caracterizada quando essas tecnologias são entendidas como recentes demais para serem problematizadas pela história; quando não, encontra também defensores nas ciências humanas, que desvinculam as tecnologias da informação da história e da cultura de uma sociedade, entendendo-as como resposta a uma evolução inerente ao desenvolvimento da humanidade, ou seja, a-histórica.

As tecnologias não existem num vazio e não são neutras. Esse reconhecimento permite-nos considerar que as conseqüências das novas tecnologias da informação têm propiciado, junto às ciências humanas – em especial aquelas que vinculam seu ofício à pesquisa documental em arquivos, museus e bibliotecas, por exemplo – questionamentos de que estariam forjando a emergência de uma nova concepção dos lugares de memória, propiciada pela digitalização de dados e imagens e também pela suposta capacidade infinita de armazenamento de dados.

A tensão posta entre as ciências humanas e as novas tecnologias da informação engendra várias possibilidades de investigação, uma vez que, há de se reconhecer, as novas tecnologias da informação causam um grande impacto ao provocar as acuidades dos sentidos. Assim, mais do que qualquer outra tecnologia em qualquer outra época, a da informação, acrescida da velocidade sem igual, altera e funde a percepção do tempo e do espaço.

Recorremos ao termo “cultura histórica”, esboçado a partir das reflexões do historiador Le Goff, para a compreensão do nosso tema. O sentido desse termo é muito específico e não visa sobrepor a história às demais áreas de conhecimento que lidam com a

cultura. O termo se estabelece numa busca pela nomeação de tudo aquilo que, nas sociedades, constitui ou produz práticas e ou discursos que se combinam no estabelecimento da relação de uma historicidade com o passado. ⁱ

A relação da sociedade com uma historicidade permite que identifiquemos não apenas produções e representações de imagens constituídas pela própria produção histórica no interior da disciplina, mas também as diferentes imagens de passado imersas no social, que redundam muitas vezes em valorações e relações diversas, com os vestígios deste mesmo passado e que encontram expressões nos mais diferentes lugares de memória, como também na interface com outras áreas de conhecimento.

Nessa perspectiva, para nós, “cultura histórica” amplia-se não por ser uma, mas por possibilitar que as diferentes manifestações e representações, oriundas da sociedade em relação à historicidade com o passado, sejam contempladas como expressão da busca do homem em relacionar-se com a história.

Nossas reflexões procuram partir da premissa de que a mídia tem sido uma das responsáveis pela difusão de debates que enfocam as interfaces entre a ciências humanas e as novas tecnologias da informação, nos quais busca-se aventar a hipótese de que uma nova construção de relação com o passado está se erigindo, ainda mais se reconhecermos que as novas tecnologias da informação possibilitam novos meios de geração e transmissão de conhecimento que redefinam o tempo, o espaço e a memória.

Destacamos a importância de Foucault que desenvolveu uma metodologia que deixou de considerar a história de um saber como um desenvolvimento linear, contínuo e neutro a partir de origens imemoriáveis, reconhecendo e articulando diferentes saberes à luz de práticas e de relações de poder, demarcando uma crítica a concepção de progresso positivo e ou da evolução intrínseca na história, tão cara aos adeptos da cisão entre a ciência e a tecnologia da estrutura social, que são recorrentes nos apanágios às novas tecnologias da informação. ⁱⁱ

Construída historicamente, a nossa contemporaneidade tem no tempo e no espaço uma redefinição daquela erigida no decorrer das sociedades industriais. Redefinição esta

que se coloca na própria inteligibilidade do sentido do tempo e do espaço, que há muito deixou de significar os limites postos pelas fronteiras de um bairro, de uma cidade ou de um país.

O antropólogo Marc Augé tece algumas considerações pertinentes a essa dificuldade de entender um tempo que se acelera e de um espaço que se dilui na velocidade posta pelas novas tecnologias da informação. Para Augé, *o tempo não é mais, hoje, um princípio de inteligibilidade. A idéia de progresso, que implicava que o depois pudesse ser explicado em função do antes, encalhou, de certo modo, nos recifes do século XX, ao sair das esperanças ou das ilusões que acompanharam a travessia do mar aberto do século XIX.*ⁱⁱⁱ

Em qualquer tempo, a memória é evocação do passado, o tempo que ficou perdido e não voltará mais. A lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado. É a memória, individual ou coletiva, que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para o indivíduo.

A idéia de memória artificial não é nova na história do homem. Tal afirmação pode ser observada, por exemplo, nas buscas de métodos que objetivassem a retenção de informações e lembranças que pudessem contribuir para com a eloquência e a oratória. Esses métodos visavam criar uma memória “prótese”, que pudesse auxiliar a memória natural e ampliar o acúmulo de conhecimentos.

A busca dessa memória artificial esteve presente na mitologia e na filosofia clássica grega e influenciou sobremaneira os antigos romanos na produção de a “Arte da Memória”, na qual consta a lenda do criador da retórica, o poeta grego Simónides de Céos (cerca de 556-468). É dela que se abstrai a metáfora da memória organizada como um palácio. A importância da lenda de Simónides é que ela permite fixar dois princípios da memória artificial: a lembrança das imagens, necessária à memória, e o recurso a uma organização e ordenamento, ambos elementos importantes para uma boa memória.

Outro exemplo interessante encontra-se na obra *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*, de J. Spencer, que aborda a trajetória do Padre Matteo Ricci na busca de um método

de aprimoramento de técnicas mnemônicas, também a partir da concepção da memória enquanto palácio, embora recorrendo ao uso de imagens. Esse exercício mnemônico visava evitar a perda de lembranças e a fragmentação da memória, a partir de um ordenamento de imagens que organizavam a memória como um todo, ou seja, o palácio. O método de Ricci perscrutava uma trajetória linear das lembranças com começo, meio e fim. Portanto, tentava-se criar um método auxiliar capaz de desenvolver uma memória artificial, capacitando-a a reter, dentro de uma linearidade, todas as lembranças, que deveriam organizar-se pelos vários cômodos do palácio.^{iv}

Estas imagens diferem das apresentadas pelas novas tecnologias da informação na nossa contemporaneidade, no que diz respeito à memória. Nestas, o acesso à memória da máquina é feito de maneira aleatória, seu acesso independe de seqüência e ordem. A informação contida é fragmentada, não enquanto programa, mas pelas infinitas combinações que o ordenamento lógico do programa permite. Os dados informacionais são peças dispostas de modo a permitir diferentes combinações de informações as quais, ao mesmo tempo, podem vir a homogeneizar estas informações.^v

Podemos considerar que o processo de homogeneização poderia ocorrer se a valorização da memória *bytes* se sobrepusesse à memória social e individual, já que com as novas tecnologias da informação teríamos a possibilidade da ampliação ilimitada da memória, o que, em certa medida, desqualificaria o homem como detentor de memória. Os argumentos nesse sentido atribuem um lugar de objetividade e neutralidade às máquinas; desta forma, as novas tecnologias da informação conseguiriam realizar a tarefa de preservar intactas as memórias. Essas novas tecnologias prometem o fim do esquecimento, dimensão tão importante na constituição das sociedades e dos indivíduos quanto a capacidade de recordar e lembrar.

A memória é sempre seletiva, o que não é diferente com as novas tecnologias da informação; mas a questão aqui é que a memória dos grupos e dos indivíduos é marcada pela heterogeneidade e diversificação nas seleções, mediadas pelas mais diferentes

naturezas, enquanto que, com a possibilidade oferecida pelas novas tecnologias, ela poderia tornar-se uma, a partir da seleção daqueles que controlariam as tecnologias de recepção e distribuição de informações.

Sob a perspectiva das novas tecnologias, constrói-se uma compreensão da história através da substituição de uma idéia linear do tempo pela atomização do momento. Isso significaria, em certa medida, a instituição da informática – não apenas como tecnologia, mas como linguagem e, como tal, oferecer-nos-ia uma memória informacional automatizada, como aquela capaz de acumular, homogeneizar e traduzir a memória social. Introduzindo mudanças nos mais diferentes campos de atuação, percepção e construção da memória do homem contemporâneo, a informática poderia construir um novo sentido para a individualidade, ou destituí-la.

No âmbito das questões trazidas pelas novas tecnologias, que por sua vez respondem também às estruturas de pensamentos e de culturas muito mais amplas presentes no nosso cotidiano - longe do esquema de causa e efeito - talvez a mais surpreendente e incômoda seja aquela proporcionada pela instantaneidade da memória, acompanhada pela fragilidade garantida pelos suportes técnicos da memória da nossa contemporaneidade.

A despeito da fragilidade dos suportes técnicos da memória proporcionados pelas novas tecnologias da informação, cabe ressaltar que essa memória apresenta-se como uma possibilidade de memória universalizada e homogênea, idéia esta que remete – ou aproxima – à utopia posta por uma dada concepção de memória nacional, a qual permitiria um controle arbitrário e que destituiria as possibilidades das diferenças e das alteridades.

Toda memória nacional é coletiva, no entanto, cabem-nos algumas considerações a esse respeito. Halbwachs^{vi} trabalha com a perspectiva da existência de duas memórias: a coletiva e a individual. Para ele, a memória só tem força quando se apóia num grupo de referência, ou seja, o social sobrepujando o indivíduo; e a mesma sempre é reconstrução das lembranças no presente, através de imagens do passado. Imagens essas que sofrem mediações e alterações continuamente. Embora reconheça o caráter individual da memória,

Halbwachs trabalha com a idéia que essa se constitui a partir do social e do coletivo, ou seja, a memória social ou coletiva se sobrepõe à individual.

Nesse caso, o esquecimento não aparece como antônimo da lembrança, ou resistência; o esquecimento ocorre em função do desapego do indivíduo ao grupo. O tempo e o espaço apresentam-se, para esse autor, como substância da memória, desde que vinculados a um grupo.

A partir da concepção de memória coletiva de Halbwachs, parece-nos que o mesmo reconhecia, na possibilidade da homogeneidade através de uma memória nacional, a garantia do acolhimento e a proteção dos indivíduos junto ao grupo. Nesta medida, uma das possibilidades da memória coletiva é a memória nacional, onde a seletividade é dada pela ação e construção a partir de interesses políticos e sociais de um grupo que acaba por impor – não sem resistências – a idéia de uma unicidade, a partir de uma dada ideologia.

A nossa contemporaneidade oferece uma outra possibilidade de memória coletiva, qual seja, a memória informacional. Diferentemente das memórias coletivas e individuais, esta apresenta-se como neutra e oferece a capacidade de armazenamento e de memória ilimitadas. Como toda memória, ela é fragmentada; no entanto, seu acesso dar-se-á não por recordações ou lembranças do presente ou do inconsciente, mas através de ícones específicos, sem seguir uma linearidade cronológica ou de eventos, *a priori*, basta entrar na rede que as informações ou “arquivos na memória” estão à disposição para consulta.

Confrontamo-nos com uma nova possibilidade de memória que não é aquela calcada na tradição dos documentos e da oralidade, como também na da seleção e do esquecimento – seja através da cultura história e ou da memória coletiva e individual; mas sim, a que oferece pela rede a capacidade da democratização das informações e de realização plena de um novo humanismo através das novas tecnologias da informação, da velocidade eficiente e dos bytes.

Ao reconhecermos que as novas tecnologias da informação inserem-se dentro de uma história e de uma cultura, reconhecemos que elas incorporam e ou traduzem todas as

grandes tensões postas, pelo princípio fundante da velocidade, nas relações de poder do cotidiano.

São relações que tensionam novas percepções sensoriais do espaço, do tempo, das imagens e que concomitantemente possibilitam também tensões nos mais diferentes campos de atuação, percepção e construção da memória e dos lugares de memória, em última palavra, nas dimensões da “cultura histórica”.

Os novos condicionantes para a habilidade de ler e escrever estão sendo alterados pelas novas tecnologias e produzindo uma nova postura em relação a essas habilidades, que por sua vez, provoca a ruptura de um fazer consagrado pela escrita e de uma tradição de compreensão da cultura histórica, entendida como as diversas produções do passado, tanto no campo da disciplina histórica quanto no campo da memória e de sua preservação em arquivos e museus.^{vii}

Se entendermos o nosso tempo como amálgama de temporalidades distintas, no qual várias concepções de mundo se contrapõem, estaríamos evitando reconhecer as construções históricas incorporadas as nossas vidas como certas e definitivas, evitando a falsa sensação de estabilidade que às vezes permeia nossas ações cotidianas. No que diz respeito a esta reflexão, não se trata de minimizar as conseqüências das novas tecnologias da informação e as mudanças que elas proporcionam em nosso cotidiano. Muito pelo contrário, apostamos justamente que neste confronto entre mundos distintos – um que se esvai e outro que começa a se impor – podemos construir um campo político bastante interessante no qual, talvez, seja possível mediar e estabelecer uma série de interlocuções que possam interferir nas mudanças que estão por vir. No entanto, saber a qualidade e o que pode redundar de tais embates não podemos e nem pretendemos prever.

O esquecimento é algo inerente e constante nas mais diferentes culturas. Ele ocorre por diferentes questões: mediações entre os grupos, lutas e disputas. Às vezes o esquecimento pode ser necessário para a reconciliação e o perdão, quer para os indivíduos, quer para as comunidades recuperarem suas vidas. A capacidade ilimitada de armazenamento de registros, longe de significar a plena realização da memória dos grupos

sociais ignora a memória destes grupos e indivíduos, uma vez que intenciona uma outra concepção de memória, qual seja, exclusivamente compreendida como registros, contrapondo-se à dos indivíduos e grupos que pressupõe lembranças e esquecimentos. A velocidade e a informação imediata e avassaladora da mídia constroem-nos por que produz a sensação de impotência diante delas. É um mundo que se reduziu àquilo que vemos pelo *zapping*.

São essas várias facetas que compõem os conflitos que regem a cultura histórica em nossa contemporaneidade, ou seja, as novas tecnologias da informação e a cultura histórica, não estão divorciadas nas suas relações, mas sim aproximam-se e fazem história e cultura.

A presença das novas tecnologias da informação não implica num mundo inteiramente novo. Pensamos um futuro que irá conviver e coexistir com temporalidades e historicidades distintas. Vestígios do passado sempre estão presentes – nos artefatos culturais, nos recônditos das memórias, na presença de lugares da memória, na necessidade das sociedades em produzirem vínculos com o passado, criando formas de relação e diálogo com esse tempo dos ancestrais; em outras palavras, com a cultura histórica. A coexistência ou suplantação de formas de se relacionar com a cultura histórica é uma evidência em qualquer tempo, a questão é a de mantermo-nos como intérpretes do mundo em que vivemos.

ⁱ LE GOFF, Jacques In: ROMANO, Ruggiero (Direção). *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997

ⁱⁱ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 13a. Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1998; *Vigiar e Punir*. 19a. Ed., Petrópolis: Vozes, 1999; *A Arqueologia do Saber*. 3a.Ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987 e *As Palavras e as Coisas*. 6a.Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ⁱⁱⁱ AUGÉ, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: São Paulo: Papyrus, 1994, p. 28-29.

^{iv} SPENCER, J. *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

^v MURGUÍA, Eduardo I. e RIBEIRO, Raimundo Donato Prado “*Memória, História e Novas tecnologias*” In: *Impulso*. Revista de Ciências Sociais e Humanas. Volume 12, Número 28, Universidade Metodista de Piracicaba: Piracicaba/SP, 2001, pp.175-183.

^{vi} HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

^{vii} Ver: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da Leitura no Mundo Ocidental 1*. São Paulo: Ática, 1998 e *História da Leitura no Mundo Ocidental 2*. São Paulo: Ática, 1999; CHARTIER, Roger. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.